

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 160ª Reunião Ordinária – Ano 2015
16 de Julho de 2015

001 Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas
002 e dez minutos, no Auditório da Secretaria Estadual de Saúde – SESA – Rua Maria
003 Judith Tovar Varejão, nº 225 – Ed. Enseada Plaza – Enseada do Suá – Vitória - ES,
004 reuniram-se os conselheiros do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES para
005 deliberar sobre a pauta da 160ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde.
006 O Secretário Executivo do CES/ES, José Eduardo Gava, convida os membros da
007 Mesa Diretora do CES/ES para compor a mesa e registra a presença dos
008 conselheiros: Ricardo de Oliveira, Francisco José Dias da Silva, Giana de Caio Silva
009 Carvalho, Gedayas Medeiros Pedro, Rossana Bezerra de Resende, Rosária Maria
010 Oliveira Reisen, Valdecir Gomes do Nascimento, Marcos Ivan Cerqueira, Adriana de
011 Freitas Coelho Carvalho, João Carlos dos Santos, Márcio Patrício de Araújo,
012 Antonio de Castro Reis, Neuza da Penha de Souza Campanin, Márcia Patrício de
013 Araujo, Antonio Carlos Nogueira do Nascimento, Lindomar Alves Scalfoni, Maria
014 Lucia dos Santos Mariano, Elio Rodrigues Dias, Joseni Valim de Araújo, Iberê Sassi,
015 Valéria Carrusca Sassi. Com ausência justificada dos conselheiros: Carmen Lucia
016 Mariano da Silva, Ana Maria Rodrigues Rosa , Maria Angélica Callegário Vieira,
017 Anderson Pedro Alves, Jaqueline Moreira de Araujo, Neuza da Penha de Souza
018 Campanin, Antonio Odilon Araújo Rocha. Registrada a presença dos convidados
019 Maria Geni - FAMOPES, Junior Spalenza – Comissão de Saúde da Assembleia
020 Legislativa (ALES), Ana Rita Novaes – SESA, Daniel Figueiredo – A Tribuna. O
021 Secretário Executivo do CES/ES, José Eduardo Gava, passa a palavra para o
022 Presidente do Conselho, Ricardo de Oliveira, que na oportunidade sugere que se
023 faça um planejamento estratégico no Conselho, a fim de focar a atuação do
024 conselho e equalizar as funções; que ele pode perceber que as opiniões, mesmo
025 na mesa diretora, são divergentes e o conselho deve ter um mínimo de
026 entendimento em relação ao seu papel e aos objetivos estratégicos que se
027 pretende alcançar; organizar os pontos principais para que se possa direcionar a
028 atuação do conselho; em visitas as unidades de saúde ele percebeu que em alguns
029 lugares o tratamento aos usuários é precário, faltam cadeiras para sentarem,
030 pessoas ficam aguardando atendimento do lado de fora, a partir daí fez uma
031 reflexão sobre o que o conselho conseguiu até o momento; entende que é uma
032 necessidade e junto com a mesa diretora decidiu que a Secretaria de Estado da
033 Saúde (SESA) vai propor uma metodologia de trabalho de um planejamento e
034 organizar o processo de liderança do conselho, esse processo pode repercutir em
035 todo o Estado; por essa razão está trazendo a proposta para avaliação e
036 acrescenta que esse trabalho é em defesa do usuário; propõe então um debate
037 sobre o assunto e solicita a inclusão de ponto de pauta; a mesa juntamente com o
038 pleno aprovam e, em seguida, abre para debate. O conselheiro Valdecir Gomes do
039 Nascimento concorda com a idéia e defende o planejamento estratégico das ações
040 do conselho. O conselheiro Marcos Ivan Cerqueira aproveita a ocasião para falar
041 que tomou conhecimento de uma auditoria feita no Hospital em São Mateus sobre
042 uma aquisição de equipamentos e que existem alguns equipamentos que ainda
043 estão empacotados no depósito da Polícia Militar desde 2010, inclusive isso está
044 comprovado com fotos e acredita que um planejamento estratégico vai agilizar o
045 processo de fiscalização, desde que seja executável, pois a execução é
046 fundamental no processo. O conselheiro Elio Rodrigues Dias diz gostar e concordar
047 com planejamento estratégico do conselho, mas quer saber quando irá começar e
048 quando irá terminar para que se possa haver cobrança e que deve ser planejado e

049 executado com prazo determinado. O presidente esclarece que o planejamento é
050 do Conselho e quem fará será o Conselho, o planejamento é para traçar metas de
051 trabalho e unificar a visão do papel do conselho; o que se pretende é melhorar o
052 atendimento ao usuário, assim como dar efetividade ao trabalho do conselho; O
053 presidente entende que a proposta foi aprovada uma vez que não houve mais
054 manifestação dos presentes e registra que estará sendo organizado o
055 planejamento e se trará ao conselho para o conhecimento e elaboração conjunta.
056 A conselheira Maria Lúcia Mariano cumprimenta a todos os presentes e afirma que
057 o planejamento é para aprimorar as ações do conselho e que deve ser também
058 para resolver a questão do acesso dos conselheiros aos hospitais filantrópicos,
059 visto que há uma grande dificuldade em relação a essa questão. O Conselheiro
060 Antonio Carlos Nogueira pede a palavra para lembrar que no Regimento Interno,
061 Artigo 13, determina como deve ser conduzida a ordem nas Reuniões do Conselho
062 e que essa ordem esta sendo invertida. O Presidente dar prosseguimento a
063 reunião passando para os informes: o primeiro e o segundo informes saíram da
064 pauta. O informe 3 – OF/SESA/CES/SE/Nº. 092/15 – Apresentação do Relatório
065 de Visita da Comissão Intersetorial de Municipalização e Conselhos Gestores –
066 CIMCG aos Hospitais de Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e São José do Calçado. –
067 O conselheiro Antonio Carlos fala da eleição do conselho gestor feita em Cachoeiro
068 de Itapemirim e da reunião ocorrida; o problema geral é que os usuários não
069 participam das reuniões; as condições estão precárias no CRE de Cachoeiro; no
070 Município de Alegre, no Hospital de Caridade de Alegre, o Prefeito nomeou uma
071 senhora, que sempre ajudou no conselho, como interventora e ela passou a
072 desconhecer o Conselho; em São José do Calçado os problemas são basicamente
073 os mesmos e que estão relatando por escrito essas e outras questões para
074 entregar ao Secretário de Estado da Saúde. A conselheira Maria Lucia Mariano diz
075 que no município de Alegre e São José do Calçado existe uma dificuldade em
076 relação ao desvio de função que precisa ser resolvido e isso ocorre também em
077 outros locais. O conselheiro Antonio Carlos concorda e diz que tem em mãos
078 recomendações do Ministério Público sobre esses e outros problemas como
079 descumprimento de carga horária, faltas que vem acontecendo nos Hospitais em
080 Cachoeiro; ele tem uma preocupação se com a regionalização da saúde, na mão
081 de quem isso vai ficar e se vai melhorar e acelerar o atendimento ao usuário ou
082 piorar. O Secretário Executivo lê o primeiro ponto de pauta: OF/SESA/CES/SE/Nº.
083 109/15 – APROVAÇÃO DAS ATAS DA 57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA E 159ª
084 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/ES,
085 REALIZADAS RESPECTIVAMENTE EM 02 E 18 DE JUNHO DE 2015. (DELIBERAÇÃO)
086 – as Atas foram aprovadas por unanimidade e sem ressalvas. O conselheiro
087 Valdecir Gomes solicita inversão do ponto de pauta 2 pelo ponto de pauta 5. Com
088 a concordância do pleno e do relator, se encaminha ao ponto de pauta 5:
089 OF/SESA/CES/SE/Nº. 111/15 – APRESENTAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA
090 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA. (CONHECIMENTO) – com a
091 palavra o relator: Ricardo de Oliveira – Secretário de Estado da Saúde / Presidente
092 do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES / Secretaria de Estado da Saúde – SESA.
093 Explica que é a mesma apresentação feita na Assembléia Legislativa e está
094 trazendo ao conhecimento do pleno. A Prestação de contas é o relatório que deve
095 ser apresentado no primeiro quadrimestre de 2015 e é um extrato resumido,
096 retirado os pontos mais importantes de completo que estará a disposição para o
097 conhecimento de todos os interessados; explica que o orçamento inicial teve que
098 ser complementado, pois não daria para cobrir todos os compromissos,
099 considerando que a receita caiu e o orçamento da saúde subiu em 16,42%
100 (dezesesseis e quarenta e dois por cento) e que já esta defasado por descontrole
101 administrativo; o Espírito Santo gasta muito em saúde e no ano de 2014 o Espírito
102 Santo esta em terceiro lugar em gastos com a saúde no índice de 18,84%
(dezoito e oitenta e quatro por cento) e que o limite constitucional é de 12% (doze

103 por cento); isso mostra que se precisa ter um modelo de gestão melhor do que se
104 tem hoje; ele entende que a SESA precisa dar mais qualidade aos gastos com o
105 serviço de saúde e que há um comprometimento do estado nas ações de serviço
106 de saúde ; fala que os municípios também estão gastando muito e que o limite
107 constitucional para os municípios é de 15%(quinze por cento) e a média tem sido
108 de 22% (vinte e dois por cento); e que não é diferente dos outros municípios dos
109 estados do Brasil; a diferença é a nível Estadual. A razão é o subfinanciamento do
110 Governo Federal que fez um corte no orçamento para a saúde e o Estado utiliza
111 recurso próprio para atender a demanda que o Governo Federal não manda. A
112 planilha do 1º quadrimestre em comparação ao ano de 2014 houve um aumento e
113 pode se ver que 2 (dois) terços do orçamento são por recurso próprio e 1 (um)
114 terço é por recurso do Governo Federal e o estado está gastando acima da
115 média/Brasil; a questão da judicialização para as áreas de exames, consultas,
116 tratamentos, equipamentos, entre outros que aumenta o gasto com a saúde; em
117 2014 a média foi de 676 e em 2015 no primeiros quadrimestre já esta em 585 e a
118 decisão judicial determina a clínica, a marca dos produtos e que a SESA já teve
119 ate que instalar um aparelho de ar condicionado na residência de um usuário, por
120 determinação da justiça; A SESA organizou as informações para saber onde havia
121 mais demanda de judicialização e a razão dessa demanda, existem casos de
122 pessoas que vão direto ao juízo sem antes passar pelo processo normal; o
123 Secretário diz que o Planejamento Estratégico trata a melhoria dos serviços
124 visando ampliar a resolutividade e cobertura da rede primaria de saúde, qualificar
125 os profissionais da atenção primária, novas unidades de saúde da família, ampliar
126 e facilitar o acesso do cidadão a serviços de saúde especializados e mais
127 humanizados, exames especializados, novos leitos, uma cobertura total do SAMU
128 192 para a Região Metropolitana, aumentar o protagonismo do cidadão nos
129 cuidados da própria saúde, promoção de comportamentos saudáveis, projeto "vida
130 no trânsito" - redução da morbimortalidade e dos acidentes no trânsito, utilização
131 consciente do SUS, melhorar a gestão do sistema com o "choque de gestão da
132 Saúde" , modelo de seleção de gestores da SESA por meritocracia, elaborar o
133 portal da transparência para gestão das filas, desenvolver modelo de
134 planejamento e gestão regional com foco na Atenção Primaria de Saúde (APS),
135 ainda utilizar um modelo de gestão por resultados nas redes próprias e
136 complementares; entende que a rede própria precisa ter meta com controle de
137 custo. O conselheiro Antonio Carlos Nogueira diz ter gostado da apresentação e
138 pontua que sente pela perda dos leitos no HDDS e que tem espaço ocioso no
139 Hospital Jayme e sobre os médicos que utilizam o SUS e cobram por fora do
140 paciente particular e diz que espera se colocar em prática o que foi apresentado. O
141 conselheiro Valdecir Gomes do Nascimento parabeniza a apresentação e fala sobre
142 os investimentos na saúde com cooperativas médicas, hospitais filantrópicos e
143 outras áreas que são terceirizadas e acrescenta que às vezes a fila é o único
144 recurso que se tem para ser atendido. A conselheira Joseni Valim de Araújo fala
145 que se não houver fiscalização, todo investimento é inútil e pensa ser necessário
146 investir em recursos humanos. O conselheiro Elio Rodrigues Dias sugere um
147 projeto para angariar recursos para a saúde. A conselheira Rossana Bezerra de
148 Rezende fala da exclusão do cargo de cirurgião dentista no último concurso e
149 solicita se rever essa exclusão. O conselheiro Iberê Sassi sugere disponibilizar o
150 resultado de exames *on line* para a visualização do médico solicitante. O
151 Presidente passa para o segundo ponto de pauta: OF/SESA/CES/SE/No. 110/15 –
152 DELIBERAR QUE A SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAUDE
153 – CES/ES SOLICITE QUE OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO
154 ESPIRITO SANTO ENCAMINHEM AO CES/ES SEUS CALENDÁRIOS DE REUNIÕES
155 ORDINÁRIAS/EXTRAORDINÁRIAS, ASSIM COMO, OS CALENDÁRIOS DAS
156 REUNIÕES DAS COMISSÕES INTERSETORIAIS DE SAÚDE DO TRABALHADOR –
157 CIST (CASO EXISTA NO MUNICÍPIO);DELIBEARA DATA LIMITE PARA A CRIAÇÃO

158 DAS CIST`S NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE QUE AINDA NÃO AS
159 TENHAM CRIADO. (DELIBERAÇÃO) - O relator João Carlos dos Santos -
160 Conselheiro Estadual de Saúde (seguimento dos usuários) membro da mesa
161 diretora do CES/ES / membro da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador
162 - CIST explica que foi uma proposta de Brasília, uma vez que não se tem esse
163 controle aqui no Estado, após, esse levantamento será enviado para a CIST
164 Nacional. O conselheiro João Carlos aproveita para esclarecer que o ponto três foi
165 retirado da pauta a pedido da relatora, pois ela não poderia comparecer a reunião;
166 o Conselheiro solicita ao pleno deliberar a convocação da relatora Eliane
167 Vasconcelos para estar na próxima reunião ordinária do CES/ES e deliberar
168 também sobre o prazo de 30(trinta) dias para os municípios atenderem a
169 determinação da CIST Nacional descrita na pauta dois - sendo as deliberações
170 aprovadas pelo Pleno, encerra-se esses pontos e o Presidente avança para o ponto
171 de pauta 4: OF/SESA/CES/SE/No. 093/15 - PROPOSTA DE DATAS PARA MUDANÇA
172 DA LEI No 7.964 E DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
173 - CES/ES: A MESA DIRETORA DO CES/ES SE REUNIRÁ NO DIA 09 DE JULHO DE
174 2015, NO PERÍODO DE 09 ÀS 17 HORAS, PARA REVISAR E PROPOR ALTERAÇÕES
175 NA LEI No 7.964 E NO REGIMENTO INTERNO DO CES/ES; AS PROPOSTAS DE
176 ALTERAÇÕES DA LEI No 7.964 E DO REGIMENTO INTERNO SERÃO
177 ENCAMINHADAS AOS CONSELHEIROS NO DIA 16 DE JULHO DE 2015; OS
178 CONSELHEIROS TERÃO ATÉ O DIA 04 DE AGOSTO DE 2015 PARA ENCAMINHAR
179 SUGESTÕES/PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES DA LEI No 7.964 E DO REGIMENTO
180 INTERNO PARA A SECRETARIA EXECUTIVA DO CES/ES; NO DIA 05 DE AGOSTO DE
181 2015 A MESA DIRETORA SE REUNIRÁ PARA TRABALHAR EM CIMA DAS
182 PROPOSTAS ENCAMINHADAS PELOS CONSELHEIROS E SUBMETERÁ AS NOVAS
183 ALTERAÇÕES DA LEI No 7.964 E DO REGIMENTO INTERNO PARA DELIBERAÇÃO
184 DO PLENO DO CES/ES NA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE AGOSTO DE 2015.
185 (PARA ALTERAR AS DATAS) (DELIBERAÇÃO) - O secretario executivo propõe: a
186 alteração da data de 09/07/2015 para o dia 11/08/2015; a alteração da data de
187 16/07/2015 para 18/08/2015 e as datas subsequentes serem apresentadas pela
188 Secretaria executiva nos próximos dias e informada aos conselheiros - a proposta
189 de alteração das datas é aprovada pelo Pleno do CES/ES. O Presidente encaminha
190 para a pauta 6: APRESENTAÇÃO DO PROJETO FINAL DE READEQUAÇÃO DO
191 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL/2015 DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS
192 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA. (CONHECIMENTO) e convida a
193 relatora Ana Rita Vieira de Novaes - Coordenação Estadual das Práticas
194 Integrativas e Complementares/Secretaria de Estado da Saúde - SESA. A relatora
195 faz apresentação do Projeto que foi executado junto com o Núcleo Especial de
196 Desenvolvimento de Recursos Humanos (NUEDRH), em Janeiro de 2014 o
197 Ministério da Saúde disponibilizou recurso para a execução do projeto e se discutiu
198 a execução do mesmo; atualmente tem um atendimento no Centro Regional de
199 Especialidades (CRE), porém não tem o medicamento para oferecer ao paciente; o
200 intuito de garantir ao usuário o acesso ao medicamento seria criar uma farmácia
201 Cidadã de Produtos Homeopáticos e Fitoterápicos e acha lamentável que a idéia de
202 devolver o recurso ao Ministério da Saúde, pois a Secretaria entendeu não ser de
203 competência dela manter esse projeto, principalmente, por não ter recursos
204 humanos disponíveis; então se protelou junto ao Ministério da Saúde a devolução
205 de recurso financeiro; a fim de viabilizar o projeto se programa fazer uma
206 capacitação dos profissionais envolvidos no processo e outras propostas que serão
207 desenvolvidas para a execução e viabilização do projeto; importante ter uma
208 estrutura pronta para desenvolver o projeto, que é da Escola Superior de Ciências
209 da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM, onde já tem um laboratório
210 funcionando e se daria por meio de parceria com opção de prática, pesquisa e
211 produção; esse projeto beneficiaria muito a população como um todo; o CES/ES
212 tem o projeto na íntegra para quem quiser conhecer e avaliar melhor; a relatora

213 termina a apresentação agradecendo e solicita um encaminhamento do conselho
214 quanto ao assunto. A conselheira Rossana de Rezende diz ver com bons olhos e
215 entende a necessidade do projeto e espera ser bem sucedido. O Conselheiro Elio
216 Rodrigues Dias acha que precisa garantir que esse profissional treinado e
217 permaneça na rede. O conselheiro Antonio Carlos questiona sobre se a Escola de
218 Serviço Público (ESESP) não poderia dar esse curso, sobre quais as três
219 instituições cotadas para participarem da licitação ou se existem outras além
220 dessas três, sobre o porquê do Laboratório ser na EMESCAM e sobre quais são as
221 comunidades das quais ela fez referência. A conselheira Maria Lúcia Mariano
222 parabeniza a relatora pelo empenho e reconhece a luta e determinação dela na
223 realização desse Projeto. O Conselheiro Marcos Ivan fala sobre morosidade dos
224 órgãos fiscalizadores no alto custo da parte da industrialização. A relatora Ana Rita
225 diz conhecer a morosidade desses órgãos e responde aos questionamentos do
226 conselheiro Antonio Carlos quanto à instituição EMESCAM é por ter laboratório
227 próprio funcionando e profissional qualificado, mas não tem que ser a EMESCAM,
228 porém, se não for, cairiam nas dificuldades iniciais; quanto ao curso, acredita que
229 a ESESP tem condições de realizar, mas o NUEDRH propôs licitar. O conselheiro
230 João Carlos pede que a oficina seja estendida aos conselheiros e pergunta se há
231 uma cartilha explicativa sobre as plantas medicinais e se não houver que seja
232 providenciada. O Presidente, Ricardo de Oliveira, propõe a aprovação do projeto e
233 o pleno manifesta concordância. O Secretário Executivo do CES/ES, José Eduardo
234 Gava, informa que 76 (setenta e seis) dos 78 (setenta e oito) municípios do
235 Estado já realizaram as Conferências Municipais de Saúde e que o processo de
236 contratação do evento já esta em finalização para encaminhamento à Procuradoria
237 Geral do Estado (PGE). Sem mais questionamentos, às dezessete horas e vinte
238 minutos, nada mais havendo a tratar o Presidente encerra a reunião e para
239 constar, eu, José Eduardo Gava, Secretário Executivo do CES/ES, lavrei a presente
240 ata que assino juntamente com o Presidente do CES/ES. Vitória-ES, 16 de Julho de
241 2015.

242

243

244

245

246

247 **José Eduardo Gava**

248 Secretário Executivo

249 Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

250

251

252

253

254

255 **Ricardo de Oliveira**

256 Secretário de Estado da Saúde

257 Presidente do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES